



REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO DE AUTORIDADE PORTUÁRIA – PORTO ALEGRE

Aprovado em 24 de maio de 2022



SUMÁRIO

DA COMPETÊNCIA E DA COMPOSIÇÃO	3
Da Competência.....	3
Da Composição	4
Da Estrutura do CAP.....	6
Do Plenário	6
Da Presidência	10
Da Secretaria-Executiva	11
Das Comissões	11
DO CONSELHEIRO DO CAP.....	12
Dos Direitos	12
Dos Deveres.....	13
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	14



CAPÍTULO I DA COMPETÊNCIA E DA COMPOSIÇÃO

Seção I

Da Competência

Art. 1º O Conselho de Autoridade Portuária do Porto de Porto Alegre, como Órgão Colegiado, constitui-se para o pleno exercício das prerrogativas estatuídas pela Lei nº 12.815, de 5 de junho de 2013, pelo Decreto nº 8.033, de 27 de junho de 2013, pela Portaria SEP/PR nº 244, de 26 de novembro de 2013, e demais disposições pertinentes emanadas das autoridades competentes, dentro dos limites do Porto Organizado de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, e terá sede nas dependências da empresa Portos RS, sendo abreviadamente designado CAP – Porto Alegre.

Art. 2º Ao Conselho de Autoridade Portuária, compete:

I - aprovar seu Regimento Interno e alterações decorrentes de determinações de atos superiores ou por proposição de qualquer de seus Conselheiros;

II - sugerir à Administração do Porto:

a) alterações do regulamento de exploração do porto;

b) alterações no plano de desenvolvimento e zoneamento do porto;

c) ações para promover a racionalização e a otimização do uso das instalações portuárias;

d) medidas para fomentar a ação industrial e comercial do porto;

e) ações com objetivo de desenvolver mecanismos para atração de cargas;

f) medidas que visem a estimular a competitividade; e

g) outras medidas e ações de interesse do porto;

III - indicar um representante da classe empresarial e outro da classe trabalhadora, em conjunto com o CAP dos Portos de Rio Grande e de Pelotas, para compor o Conselho de Administração da empresa Portos RS;

IV - encaminhar as consultas formuladas pela Administração do Porto sobre questões pertinentes às matérias de sua competência.



Seção II Da Composição

Art. 3º O Conselho de Autoridade Portuária do Porto de Porto Alegre será constituído pelas seguintes representações, cada uma delas composta por Conselheiros Titulares e respectivos Suplentes:

I - do Poder Público, sendo:

- a) quatro representantes da União, sendo um membro da Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários - SNPTA, que presidirá o Conselho, e os demais selecionados dentre os órgãos federais intervenientes no porto;
- b) um representante da Autoridade Marítima;
- c) um representante da Administração do Porto;
- d) um representante do Estado do Rio Grande do Sul; e
- e) um representante do Município de Porto Alegre;

II - da classe empresarial, sendo:

- a) dois representantes dos titulares de arrendamentos de instalações portuárias;
- b) um representante dos operadores portuários; e
- c) um representante dos usuários;

III - da classe dos trabalhadores portuários, sendo:

- a) dois representantes dos trabalhadores portuários avulsos; e
- b) dois representantes dos demais trabalhadores portuários.

§ 1º Para os efeitos do disposto neste artigo, os Conselheiros e seus suplentes serão indicados:

I - pelo Ministro da Infraestrutura; pelo Comandante da Marinha; pela administração do porto; pelo Governador de Estado e pelo Prefeito do Município, respectivamente, no caso do inciso I do *caput*; e

II - pelas entidades de classe local das respectivas categorias profissionais e econômicas, nos casos dos incisos II e III do *caput*.

§ 2º Na indisponibilidade de representantes de um ou mais dos órgãos intervenientes, conforme disposto na alínea "a" do inciso I deste artigo, as vagas respectivas serão ocupadas, em caráter excepcional, por nomeação do Ministro de Estado da Infraestrutura, dentre servidores da SNPTA, da Administração do Porto ou da ANTAQ.



§ 3º Os Conselheiros serão designados por ato do Ministro de Estado da Infraestrutura para um mandato de dois anos, admitida a recondução uma única vez, por igual período.

§ 4º A participação no conselho de autoridade portuária será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.

§ 5º Com exceção do Presidente em exercício, as despesas que os Conselheiros vierem a efetuar em razão de sua representação no Conselho serão de responsabilidade do órgão ou entidade representada.

§ 6º As deliberações do conselho serão tomadas de acordo com as seguintes regras:

I - cada representante terá direito a um voto; e

II - o presidente do conselho terá voto de qualidade.

§ 7º Perderá o mandato o Conselheiro que faltar, injustificadamente, a três Reuniões consecutivas ou seis alternadas, assumindo a vaga o seu suplente até a efetivação de nova indicação.

Art. 4º Os Conselheiros serão investidos em seus cargos mediante posse lavrada em Ata de Reunião do Conselho, independentemente do conteúdo da ordem do dia da Reunião.

§ 1º O Conselheiro Titular deverá tomar posse na primeira Reunião que se realizar após a publicação de sua designação, salvo motivo de força maior devidamente justificado, quando a posse poderá ocorrer na subsequente Reunião do Conselho.

§ 2º Aplicar-se-á ao Conselheiro Suplente o disposto no parágrafo antecedente, caso desde logo for convocado para substituir o Conselheiro Titular; não ocorrendo esta hipótese, tomará posse na primeira Reunião para a qual for convocado, ou a que voluntariamente comparecer.

§ 3º O prazo de mandato dos Conselheiros se encerrará no prazo de dois anos da data de publicação no Diário Oficial da União da Portaria de nomeação expedida pelo Ministro de Estado da Infraestrutura.

§ 4º Após duas Reuniões sucessivas desde a designação sem que tenha ocorrido a investidura do Conselheiro Titular designado, isto é, o comparecimento em Reunião do Conselho para que seja empossado, competirá ao Presidente do Conselho informar à Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários – SNPTA.

§ 5º Embora findo o prazo de mandato, cada Conselheiro permanecerá em exercício até a posse dos novos designados.



Seção III Da Estrutura do CAP

Art. 5º O Conselho de Autoridade Portuária do Porto de Porto Alegre terá os seguintes Órgãos:

I – o Plenário, composto pelos Conselheiros Titulares e os Conselheiros Suplentes em exercício;

II – a Presidência, exercida pelo representante da SNPTA;

III – a Secretaria-Executiva, exercida pelo representante da Administração do Porto de Porto Alegre ou por quem esta designar; e

IV – as Comissões constituídas pelo Plenário.

Subseção I Do Plenário

Art. 6º Os Conselheiros se reunirão de forma presencial, virtual ou híbrida, em Plenário mediante convocação que indicará a data, hora, local e a pauta da Reunião, contendo a ordem do dia a ser submetida à deliberação.

§ 1º A ordem do dia deverá ser enunciada de modo preciso e detalhado, vedada a utilização de termos ou expressões dúbias, genéricas ou incompletas.

§ 2º É vedada a deliberação sobre matéria não prevista na ordem do dia, salvo se for consequência direta de assunto nela incluído ou se, por unanimidade, os Conselheiros presentes concordarem em deliberar sobre a nova matéria.

§ 3º Qualquer Conselheiro Titular, nos termos deste Regimento Interno, poderá pedir a inclusão na ordem do dia de matéria de seu interesse ou que julgar conveniente às atividades portuárias.

§ 4º O pedido a que se refere o parágrafo antecedente deverá ser encaminhado ao Presidente do Conselho com a antecedência de 5 (cinco) dias úteis em relação à data prevista no calendário anual de Reuniões.

§ 5º As Reuniões Ordinárias do Conselho serão bimestrais, conforme calendário anual definido pelo Conselho, e tratarão dos assuntos determinados pelo Presidente do Conselho e aqueles solicitados pelos Conselheiros Titulares, como disposto nos parágrafos 3º e 4º deste artigo.

§ 6º Afora as que se refere o parágrafo antecedente, serão extraordinárias as demais Reuniões do Conselho e sua realização se justificará pela relevância e urgência das matérias nelas a serem tratadas.



Parágrafo único. A Reunião Extraordinária terá a sua pauta restrita ao assunto cuja relevância e urgência ensejou a sua convocação.

Art. 7º As Reuniões Ordinárias e as Extraordinárias serão convocadas pelo Presidente do Conselho e poderão acontecer de forma conjunta com os conselhos de autoridade portuária dos portos de Pelotas e Rio Grande.

§ 1º Para o caso das Reuniões conjuntas, as Reuniões deverão ser preferencialmente de forma híbrida (presencial e on-line).

§ 2º Para o caso das Reuniões conjuntas, deve haver um revezamento do local da Reunião.

§ 3º As Reuniões conjuntas deverão ser presididas pelo presidente do Porto que recebê-la.

Art. 8º A convocação far-se-á mediante correspondência dirigida a cada um dos Conselheiros Titulares ou Suplentes em exercício, desde que a recebam com a antecedência de 5 (cinco) dias úteis para as Reuniões Ordinárias e 3 (três) dias úteis para as Extraordinárias.

Parágrafo único. A correspondência a que alude o *caput* deste artigo poderá se constituir em qualquer meio de escrita confiável, inclusive com a utilização de qualquer tipo de correio eletrônico.

Art. 9º O Comparecimento às Reuniões do Conselho é restrito aos seus Conselheiros, podendo qualquer deles, contudo, apresentar convidados na condição de ouvintes, desde que comunique o convite ao Presidente do Conselho com a antecedência de 48 (quarenta e oito) horas, o qual decidirá sobre a conveniência do convite.

§ 1º Poderão se manifestar os convidados cujos esclarecimentos ao Plenário sejam úteis à compreensão técnica ou ao entendimento dos fatos.

§ 2º Serão convidados permanentes:

I - um representante da ANTAQ; e

II - um representante dos terminais de uso privado que compartilham o canal de acesso do porto organizado.

§ 3º O Conselho poderá deliberar pela participação de outros convidados em caráter permanente.

Art. 10 Será considerada presente a representação, cujo Conselheiro, Titular ou Suplente, assinar a Lista de Presenças da Reunião, ou, no caso de Reunião on-line ou híbrida, que esteja logado no endereço eletrônico disponibilizado, e nela permanecer



até seu encerramento, identificando seu nome e a entidade representante, exemplo: José - ANTAQ.

§ 1º A retirada da Reunião de Conselheiro, Titular ou Suplente em exercício, homologada pelo Presidente, o que constará da Ata da Reunião, não prejudicará o quórum de instalação da Reunião, devendo o voto correspondente ser considerado como abstenção.

§ 2º A presença de Conselheiro Suplente supre a falta de seu Titular; a ausência de ambos implicará em se atribuir falta ao titular.

§ 3º Os Conselheiros Titular e Suplente poderão mutuamente se substituir após o início dos trabalhos da Reunião, devendo a substituição ser consignada na respectiva Ata.

§ 4º O Conselheiro Suplente, no exercício do cargo, que for escolhido ou nomeado para compor Comissão de Estudos, de Trabalho ou qualquer outra, ou for designado Relator ou Revisor de determinada matéria, desincumbir-se-á de sua missão ou poderá transferi-la ao Titular, o que deverá ser obrigatoriamente comunicado ao Presidente do Conselho.

§ 5º O Conselheiro Suplente substituirá o respectivo Titular, mas poderá participar dos debates, mesmo este estando presente.

Art. 11 As Reuniões do Conselho serão instaladas pelo Presidente, ou seu Suplente, à vista da Lista de Presenças, a qual deverá indicar, em primeira chamada, o comparecimento de mais da metade dos Conselheiros em exercício, quer Titulares quer Suplentes, independentemente de representação, devendo ser realizada em segunda chamada com qualquer número daqueles, após trinta minutos.

Parágrafo único. A assinatura na Ata dos participantes virtuais será realizada por meio digital, ou, certificadas por rubrica do Presidente do Conselho.

Art. 12 Instalada a Reunião, esta será presidida pelo Presidente do Conselho, ou seu Suplente.

Parágrafo único. Ocorrendo a ausência do Presidente e do seu Suplente, a Reunião não poderá ser instalada e será adiada.

Art. 13 Na Reunião do Conselho, a palavra pertencerá ao Presidente, a qual, a critério deste, será concedida ao Plenário por ordem de inscrição dos interessados.

Art. 14 O andamento dos trabalhos nas Reuniões do Conselho, após a leitura e aprovação da Ata da Reunião antecedente, a leitura de comunicações e a distribuição de documentos, obedecerá à sequência dos itens constantes da ordem do dia, e qualquer alteração dependerá de prévia deliberação de Plenário.



§ 1º Cada um dos itens constantes da ordem do dia obedecerá ao seguinte procedimento, observado o disposto nos demais parágrafos deste artigo:

I - Primeira Fase – Apresentação, na qual o Presidente, ou quem este determinar, fará a explanação da matéria;

II - Segunda Fase – Discussão, durante a qual o Presidente buscará a manifestação do Plenário, com vistas ao total esclarecimento e ao pleno entendimento da matéria;

III - Terceira Fase – Votação, inadmitida qualquer outra manifestação, ocasião em que o Presidente colocará a matéria em votação.

§ 2º Tratando-se a matéria de item que houver sido incluído na ordem do dia a pedido de Conselheiro, ou de relatório de Conselheiro designado, necessariamente caberá a estes a apresentação; para o caso de relatório decorrente de atividade de Comissão, qualquer de seus integrantes poderá realizar a apresentação, na ausência do Relator.

§ 3º A discussão será realizada de forma organizada e ordeira, e as manifestações observarão o sentido estrito do assunto em tela, evitando-se comentários paralelos ou não conexos com a matéria.

§ 4º Durante o período reservado à discussão, os Conselheiros poderão requerer diligências e vistas do expediente continente da matéria, cabendo ao Presidente resolver sobre a oportunidade do pedido e o prazo para restituição.

§ 5º Uma vez concedida vistas, é facultado o mesmo acesso à documentação aos demais Conselheiros, de modo que não serão concedidos mais de um pedido por cada assunto.

§ 6º Na votação, cada Conselheiro (Titular ou seu Suplente) presente terá direito a 1 (um) voto.

§ 7º A qualquer tempo o Conselheiro poderá suscitar “questão de ordem”, cuja oportunidade será avaliada pelo Presidente, que decidirá.

§ 8º Cabe ao Presidente decidir sobre a oportunidade de urgência na apreciação de matérias.

Art. 15 As deliberações serão tomadas por maioria de votos dos Conselheiros presentes na Reunião.

§ 1º As deliberações atinentes à alteração deste Regimento Interno somente serão válidas com votos de 2/3 (dois terços) da totalidade dos Conselheiros.

§ 2º O Presidente do Conselho terá voto de qualidade nas deliberações do Plenário.



Art. 16 Vencida a ordem do dia, necessariamente o Presidente colocará a palavra à disposição dos presentes para qualquer manifestação, observando o disposto no art. 6º, § 2º.

Art. 17 Da Reunião será lavrada Ata na forma de sumário dos fatos ocorridos, inclusive dissidências e protestos, que conterà a transcrição apenas das deliberações tomadas, sendo que os documentos submetidos à deliberação deverão ser numerados seguidamente, rubricados pelo Presidente e por qualquer Conselheiro que solicitar e arquivados pela Secretaria-Executiva.

§ 1º A Ata será elaborada pela Secretaria-Executiva e distribuída com antecedência de 5 (cinco) dias úteis da Reunião subsequente, oportunidade em que será aprovada, devendo ser assinada pelo representante da Secretaria-Executiva.

§ 2º Os Conselheiros deverão se manifestar formalmente sobre a Ata com até 2 (dois) dias úteis de antecedência da Reunião em que será aprovada, sendo que o silêncio implica na concordância com o texto.

§ 3º As deliberações do Plenário serão consignadas nas atas e comunicadas por ofício do Presidente do Conselho à Administração do Porto.

§ 4º A Reunião será gravada, seu uso será exclusivo como suporte à elaboração da Ata, no entanto quando houver divergência ou solicitação de qualquer conselheiro poderá ser disponibilizada, desde que obedeça ao sigilo e não seja repassada sua gravação a quaisquer pessoas que não façam parte do colegiado, permanecendo como documento oficial da Reunião somente a Ata aprovada.

Subseção II Da Presidência

Art. 18 Compete ao Presidente do Conselho, observado o que mais contém este Regimento Interno:

- I - convocar as Reuniões do Conselho;
- II - elaborar a ordem do dia das Reuniões do Conselho;
- III - instalar e presidir as Reuniões do Conselho;
- IV - designar Relator e Revisor para atuação individual;
- V - resolver as questões de ordem nas Reuniões;
- VI - autorizar a presença de convidados nas Reuniões do Conselho;
- VII - apurar as votações e proclamar os resultados;



VIII - conceder vistas, deferir diligências e urgências;

IX - zelar pelo cumprimento das deliberações do Plenário;

X - comunicar as deliberações do Conselho, quando for o caso;

XI - decidir sobre a conveniência de divulgação das matérias tratadas nas Reuniões; e

XII – representar o CAP em todos os atos que se fizerem necessários, podendo delegar.

Subseção III

Da Secretaria-Executiva

Art. 19 Compete à Secretaria-Executiva:

I - manter em ordem e em dia os arquivos, registros e documentação do Conselho;

II - instruir e ultimar os processos objeto das Reuniões do Conselho;

III - encaminhar à Administração do Porto os ofícios contendo as deliberações do Conselho para conhecimento e, quando for o caso, para publicação, e às demais entidades as correspondências pertinentes emitidas pelo Conselho;

IV - acionar a Administração do Porto para o provimento ao Conselho dos meios necessários ao seu bom funcionamento;

V - organizar a pauta das Reuniões do Conselho, ouvido o Presidente;

VI - providenciar a convocação dos Conselheiros às Reuniões;

VII - registrar a presença dos Conselheiros e convidados às Reuniões;

VIII - secretariar o Presidente do Conselho nas Reuniões;

IX - redigir a Ata de cada Reunião do Conselho e providenciar seu arquivamento, após as assinaturas;

X - dar apoio técnico ao Conselho;

XI - prestar aos Conselheiros as informações por eles solicitadas sobre os registros do Conselho e fornecer os documentos requeridos; e

XII - exercer todas as demais tarefas que lhe forem cometidas pelo Presidente.

Subseção IV

Das Comissões

Art. 20 O Plenário poderá deliberar a constituição de Comissões com vistas à elaboração de estudos específicos em relação às matérias de incumbência do Conselho de



Autoridade Portuária do Porto de Porto Alegre, cabendo a ele definir o número ímpar de componentes, indicar os Conselheiros que delas farão parte e a designação de seus Relatores e, se houver, Revisores.

Parágrafo único. As comissões poderão ser constituídas de forma conjunta, com representantes dos três Conselhos de Autoridade Portuária dos Portos de Rio Grande, Porto Alegre e Pelotas.

Art. 21 Cabe ao Relator de Comissão coordenar suas tarefas, mediar os debates e estabelecer relações com o Plenário.

Art. 22 Somente poderá ser indicado componente de Comissão ou designado Relator para atuação individual ou Revisor o Conselheiro que estiver presente na Reunião em que ocorrer a indicação.

Art. 23 Cada Conselheiro não poderá participar de mais de três comissões simultaneamente, ou atuar em mais de três relatorias individuais, ou mais de três destas tarefas conjuntamente consideradas.

Art. 24 As deliberações das Comissões serão tomadas por maioria de votos de seus componentes.

CAPÍTULO II
DO CONSELHEIRO DO CAP
Seção II
Dos Direitos

Art. 25 O Conselheiro tem os seguintes direitos:

I - participar das Reuniões do Conselho, ser componente de Comissões, Relator e Revisor;

II - votar nas deliberações do Conselho, se Titular ou Suplente em exercício;

III - solicitar diligências, informações, urgências e outras medidas julgadas necessárias ao bom desempenho de suas atribuições;

IV - solicitar a inclusão de matérias na ordem do dia das Reuniões do Conselho;

V - participar de todas as atividades do Conselho; e

VI - renunciar ao cargo.



Seção II **Dos Deveres**

Art. 26 São deveres do Conselheiro:

- I - comparecer às Reuniões do Conselho e das Comissões para as quais for convocado;
- II - exercer o voto com vistas ao desenvolvimento do porto e ao interesse do bem comum;
- III - portar-se com dignidade, urbanidade e cortesia nas atividades do Conselho;
- IV - respeitar as deliberações do Plenário e as decisões do Presidente do Conselho;
- V - denunciar ao Presidente do Conselho as irregularidades sobre as quais tiver conhecimento;
- VI - guardar sigilo sobre as informações a que tenha acesso no exercício de suas funções, sendo-lhe vedado valer-se delas para obter qualquer tipo de vantagem; e
- VII - não se manifestar em público, em nome do Conselho de Autoridade Portuária, em declaração escrita ou oral, sem autorização do Presidente do Conselho.

Seção III **Do Processo Disciplinar**

Art. 27 O Presidente do CAP solicitará à SNPTA que atue junto à entidade respectiva para substituição do seu representante no CAP, mesmo antes do término do mandato, após o devido processo legal, sempre que ocorrerem quaisquer das seguintes situações:

- I - ausência injustificada a três Reuniões do Conselho consecutivas, ou a seis alternadas, durante o período do mandato;
- II - atuação com desídia no desempenho de suas funções e naquelas para as quais for designado; e
- III - comportamento costumeiramente agressivo e inconveniente na relação com seus Pares e com pessoas que colaboram com as atividades do Conselho.

§ 1º - Consideram-se justificadas as ausências nas seguintes hipóteses:

- I - afastamentos legais ou autorizados;
- II - atendimentos emergenciais decorrentes de doença própria ou de familiar;
- III - atendimento de demandas inadiáveis relativas ao exercício das atribuições do mandato; e



IV - demais casos admitidos pela Presidência.

§ 2º - Caso a Presidência entenda não haver motivo justificado para ausência, submeterá a questão ao Plenário.

§ 3º As faltas previstas nos incisos II e III serão objeto do contraditório e ampla defesa para deliberação do Plenário.

CAPÍTULO III DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 28 A Administração do Porto prestará apoio técnico e administrativo ao CAP –Porto Alegre, para o exercício de suas competências, consubstanciado em, dentre outros:

I - disponibilidade de instalações, mobiliário, materiais e equipamentos de escritório, inclusive de comunicações e informática em uma sala exclusiva para as finalidades do órgão;

II - atendimento às demandas aprovadas pelo Conselho, nos limites de sua competência; e

III - custeio das despesas de deslocamento e estadia do presidente do Conselho ou seu suplente, conforme o estatuto da Portos RS, custeando as diárias entre o seu domicílio e o local das Reuniões do Conselho ou onde tenha que representá-lo.

Parágrafo único. A Administração do Porto facilitará a divulgação, aos interessados, deste Regimento Interno e das deliberações do Conselho.

Art. 29 Os casos omissos serão resolvidos pelo Conselho, observado o quórum de deliberação exigido para alteração deste Regimento Interno.

Art. 30 Este Regimento Interno entrará em vigor na data da publicação no Diário Oficial da União do extrato da Deliberação que o aprovou.